

## Destaque Rural Nº 178

4 de Julho de 2022



### **PRODUÇÃO ORIZÍCOLA EM MOÇAMBIQUE: (DES)CONTINUIDADES POLÍTICAS, DESAFIOS PARA OS PEQUENOS AGRICULTORES**

**Nelson Capaina<sup>1</sup>**

#### **INTRODUÇÃO**

Na última década (2010-2020), em Moçambique foram aprovados vários instrumentos orientadores e programáticos referentes ao sector agrário e seu respectivo desenvolvimento. Talvez pela natureza da agricultura moçambicana, quase todos eles destacam a pequena escala como prioritária na intervenção governamental. Especificamente ao arroz, as zonas baixas das províncias de Zambézia, Sofala, Nampula, Cabo Delgado, Gaza e Maputo são referidas como potencial para o seu cultivo<sup>2</sup>.

Como tal, o Programa Nacional para o Desenvolvimento do Arroz (NRDP 2016-2027)<sup>3</sup> pretende aumentar a produção, produtividade e competitividade do arroz para consumo doméstico e geração de renda para os produtores. A sua estratégia principal envolve a intensificação do uso de insumos agrícolas e tecnologias apropriadas para a produção pelos pequenos produtores. Volumosos investimentos têm sido anunciados para este desiderato.

Com este texto pretende-se mostrar em que contexto e com que influências as políticas públicas para o arroz foram materializadas. Revela-se que, na prática, o pequeno produtor foi sempre secundarizado, relativamente a outros actores. Para sustentar a análise efetuada no texto, recorreu-se à pesquisa bibliográfica sobre o assunto, ressaltando as constatações mais salientes, desde a década de 40 do século passado quando foi iniciada a massificação da sua produção no delta do Zambeze.

---

<sup>1</sup> Doutorado em Desenvolvimento Rural.

<sup>2</sup> Ministério da Agricultura (2013). Plano Nacional de Investimento do Sector Agrário (PNISA 2013 -2017). Maputo, MINAG.

<sup>3</sup> Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar (2016). Programa Nacional para o Desenvolvimento do Arroz (NRDP-2016 -2027). Maputo, MASA.

## POLÍTICAS E ESTRATÉGIAS

O arroz encontra-se entre as sete cadeias de valor estratégicas prioritárias para o desenvolvimento do sector agrário em Moçambique, adiantando-se que o país apresenta condições agroecológicas para a produção deste cereal. Refere-se que a solução dos problemas do sector, em geral<sup>4</sup>, assenta em quatro pilares: 1) produtividade agrária (aumento da produtividade, produção e competitividade); 2) acesso ao mercado (serviços e infra-estruturas para maior acesso ao mercado e quadro orientador conducente ao investimento agrário); 3) recursos naturais (uso sustentável de água, terra, florestas e fauna); e 4) instituições agrárias robustas.

Para tal, é indicado um conjunto de elementos estratégicos, ou seja, bens e serviços, como infra-estruturas físicas, recursos hídricos, modelos de mecanização, produção de sementes e sua distribuição, programas de fertilizantes, de agro-processamento e de comercialização, modelos de extensão agrária e de gestão estrutural e institucional. O PEDSA (2011-2020) seria o instrumento orientador através do qual, e com base em diversos instrumentos programáticos e ao longo das várias cadeias de valor; o sector público criaria condições favoráveis para os produtores exercerem adequadamente as suas actividades<sup>5</sup>.

Quanto à irrigação, tem-se como pressupostos<sup>6</sup>: *i)* ser a actividade de manejo de água na produção agrária que compreende a concepção e o desenvolvimento de infra-estruturas hidráulicas e a gestão de água; *ii)* o aproveitamento das vantagens comparativas do seu potencial como prioridade no sector agrário; *iii)* as infra-estruturas de irrigação existentes oferecem uma base de partida para o desenvolvimento do subsector de irrigação e sua reabilitação continuaria a ser prioridade governamental; *iv)* os serviços públicos são considerados vitais para o alcance dos níveis de produção e produtividade desejados; e, *v)* a estruturação de instituições relevantes na coordenação intersectorial de apoio ao subsector, iria assumir a implementação dos mecanismos e instrumentos disponíveis.

Destaca-se que o apoio à produção de pequena escala, inclui: (1) sistemas de rega e de drenagem a partir de fontes de água superficiais e subterrâneas, e práticas de conservação de água nos campos agrícolas; (2) parcerias com o sector privado e a participação do pequeno produtor na gestão da água fazem parte de um leque de preocupações do Governo<sup>7</sup>. Relativamente às infra-estruturas, previa-se trabalhar no apoio aos pequenos e médios/grandes regadios. Contemplava-se o desenvolvimento da produção nas terras húmidas. A exploração destas terras envolveria infra-estruturas de

---

<sup>4</sup> Ministério da Agricultura (2011). Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Sector Agrário (PEDSA 2011-2020). Maputo, MINAG.

<sup>5</sup> MINAG (2011), *idem*.

<sup>6</sup> Ministério da Agricultura (2010). Estratégia de Irrigação. Maputo, MINAG.

<sup>7</sup> MINAG (2010), *op. cit.*

drenagem e práticas de gestão de água, com tecnologias de baixo custo, facilmente dominadas pelos produtores<sup>8</sup>.

O *subprograma de apoio à produção de arroz* tem como objectivo central a intensificação da produção deste cereal em zonas identificadas como tendo potencial para o seu cultivo. Refere-se que esta intensificação seria feita recorrendo a três pacotes tecnológicos, tais como: *a) PT<sup>9</sup>1*, baseado na semente melhorada; *b) PT2*, uso de semente melhorada, fertilizantes e herbicidas; e, *c) PT3*, que contempla o uso de PT2 em condições de irrigação. Prevê-se, para o aumento da produção e produtividade agrícolas, a facilitação no acesso dos produtores a estes insumos e pacotes tecnológicos.

Realça-se<sup>10</sup> a importância da promoção do uso da mecanização, por exemplo para a colheita e debulha do arroz, para os pequenos produtores por meio de contratação desses serviços e/ou uso de máquinas e equipamentos manuais de menor custo. Para isso, uma rede de serviços à agricultura mecanizada seria desenvolvida através do estabelecimento de centros de serviços desenvolvidos pelo Estado e operacionalizados através de Parcerias Público-Privadas (PPP).

A mecanização agrária<sup>11</sup> tem como objectivo geral aumentar os níveis de produção e produtividade agrária em, pelo menos, 7% ao ano. Especificamente, pretende: *i)* aumentar a área lavrada e, aliado ao uso de pacotes tecnológicos, incrementar a produção e produtividade; *ii)* contribuir para o aumento da renda dos pequenos produtores através da provisão de serviços mecanizados e desenvolvimento da cadeia de valor; e, *iii)* melhorar o nível de preparação de solos e das condições de operações subsequentes da lavoura, tais como sementeira, adubação, colheita, debulha, entre outras.

Seguindo a retórica política, o instrumento específico à mecanização<sup>12</sup> refere que, como estratégia de implementação, ela é materializada através do estabelecimento de Centros de Serviços Agrários (CSAs) nos Corredores de Desenvolvimento Agrário, onde se promovem Parcerias Público-Privadas (PPP), incluindo a participação do pequeno agricultor. Entre outras tarefas, estes CSAs pretendem prestar serviços mecanizados de preparação de terras, sementeira, ceifa mecânica e transporte.

Finalmente, para a comercialização, foram introduzidas medidas visando ajustar o mercado interno ao contexto da região Austral<sup>13</sup>: *i)* aumento da produtividade para elevar os excedentes comercializáveis e respectivos rendimentos; *ii)* integração do pequeno produtor no processamento e comercialização que acrescentem valor aos

---

<sup>8</sup>. MINAG (2013).

<sup>9</sup>. Pacote tecnológico.

<sup>10</sup>. MASA (2016), *op. cit.*

<sup>11</sup>. MASA. Programa Nacional de Mecanização. Documento em PowerPoint. Apresentado em Uberaba, Estado de Minas Gerais, Brasil, em Fevereiro de 2017.

<sup>12</sup>. MASA. Programa Nacional de Mecanização....

<sup>13</sup>. Ministério da Indústria e Comércio (2016). Posicionamento de Moçambique no Comércio Internacional. Maputo, MIC. MINAG (2013), *idem*; MINAG (2011), *idem*.

produtos agrícolas; *iii*) melhoramento das infra-estruturas e serviços para os mercados e a comercialização; e, *iv*) harmonização do quadro legal e regulador da comercialização no contexto dos protocolos regionais. E o preço do arroz em casca foi fixado em 17,00 Mt/Kg<sup>14</sup>.

## INFRAESTRUTURAÇÃO PARA A PRODUÇÃO DO ARROZ

As preocupações com a produção e produtividade do arroz não são recentes. Desde os anos 40 do século passado, já se observava a massificação da sua produção no delta do Zambeze, com a participação de concessionários e arrendatários, como a Boror, Madal, a *Sociedade Comercial e Industrial do Zambeze e Chire*<sup>15</sup>, Lopes & Irmãos, e colonos, como Paiva Raposo, Silva Beirão, Caetano Lubrino, Emílio Linder, Francisco Lacerda, Macanji Tricanji, entre outros. Além de produzir, algumas empresas adquiriam arroz aos camponeses e possuíam logística de compra e transporte e fábricas de descasque.

Ainda no delta, a política de fundo de terras teve interesse na formação dos camponeses, na selecção de sementes, na infra-estruturação de apoio e na mecanização, tendo-se projectado a instalação de parques de máquinas. Realizaram-se investimentos em pesquisa e propagação de sementes melhoradas, através de variedades locais e de sementes importadas. Foi criado o *Fundo de Crédito Rural Indígena* que tinha o objectivo de cobrir a procura de crédito dos «nativos que atingiram um nível de civilização incompatível com os hábitos e costumes dos outros» e que eram «bons nativos»<sup>16</sup>.

Na década de 50-60, ocorre a expansão da sua produção no vale do Limpopo, com a construção da Barragem de Macarretane, que alimentava o sistema de regadio do Chokwé, onde os primeiros colonos receberam 4 hectares na área irrigada e 24 hectares de sequeiro<sup>17</sup>. A gestão técnica e administrativa era feita pela Brigada Técnica de Fomento e Povoamento do Limpopo, instituição que se responsabilizava pela atribuição de terras aos agricultores, gestão da água, manutenção do regadio e de outras infra-estruturas.

Após a independência nacional, com as nacionalizações, no Limpopo, foram criadas grandes unidades agro-industriais: o Complexo Agro-Industrial do Limpopo (CAIL) e a Unidade de Produção de Baixo Limpopo (UPBL), como herdeiras das infra-estruturas

---

<sup>14</sup>. Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar (2019). Monitoria da Campanha Agrária: Relatório de Crop Assessment 2018-19. Maputo, MASA.

<sup>15</sup>. Negrão, J. (2006). Cem anos de economia da família rural africana: o delta do Zambeze em análise retrospectiva. Maputo: Texto Editores.

<sup>16</sup>. Negrão, J. (2006). *Op. cit.*

<sup>17</sup>. Hermele, K. (1986). "Lutas contemporâneas pela terra no vale do Limpopo. Estudo do caso do Chokwé, Moçambique 1950-1985". Em Estudos Moçambicanos nº5/6. Maputo, CEA, pp. 53-81. Mosca, J. (2005). Economia de Moçambique. Século XX. Lisboa, Instituto Piaget.

coloniais<sup>18</sup>, visando-se expandir as áreas irrigadas e a produção<sup>19</sup>. No delta do Zambeze foram, sucessivamente, criadas instituições, como a Empresa Hidráulica da Zambézia, Núcleo Hidráulico da Zambézia, e implementados projectos, como o de irrigação de pequena escala (SSIP)<sup>20</sup>. A colectivização, através de machambas estatais, cooperativas de produção e socialização do campo, seria o principal motor para o desenvolvimento agrário do país<sup>21</sup>. Todos os empreendimentos tinham o apoio técnico-financeiro dos países do leste europeu e da Ásia, e, muitos deles, descontinuados com o fim e/ou interrupção da cooperação.

Nas reformas dos anos 80, a reorganização da estrutura agrária, no Chokwé, deu lugar a médias empresas, à distribuição de terras aos sectores privado e familiar<sup>22</sup>, processo que abrangeu os médios produtores comerciais e os regantes do sector familiar<sup>23</sup>, resultando desta reorganização uma produção agrícola mais intensiva<sup>24</sup>. A gestão do regadio passou para a empresa Hidráulica de Chokwé (HICEP)<sup>25</sup>, com os mesmos objectivos de: gestão da água e da terra no perímetro irrigado; manutenção das infra-estruturas hidráulicas; e apoio aos utentes no processo de produção e gestão conjunta do regadio. As suas funções incluem: preparação e nivelamento das terras; produção e fornecimento de semente certificada, e promoção de parcerias.

Nos anos 2000, foram estabelecidas empresas como a MoçFer Indústrias Alimentares (MIA) que, em Chokwé, operou em sistema de contrato com os pequenos e médios produtores para a produção de arroz<sup>26</sup>. Entre outras tarefas, a MIA devia realizar a pesquisa, produção de sementes melhoradas e a compra do arroz local. Através do projecto de reabilitação da Barragem de Massingir, entre 2001 e 2007, foi abrangida uma parte do regadio do Baixo Limpopo, paralisada nas cheias de 2000.

Pouco depois, foi criada a empresa Regadio de Baixo Limpopo (RBL), que teve como objectivo central a gestão da terra, água, infra-estruturas hidráulicas, a organização dos utentes na administração, operação e manutenção das infra-estruturas<sup>27</sup>. Estava previsto que a RBL, E.P. trabalharia no estabelecimento de ligações entre os produtores locais e

---

<sup>18</sup>. Mosca, J. (2010). Políticas agrárias de (em) Moçambique (1975-2010). Maputo,

<sup>19</sup>. Hermele, K. (1986). *Op. cit.* Mosca, J. (2005). *Op. cit.*

<sup>20</sup>. ZAMIRRI & HVA International (2020). Estratégia Orizícola para Baixa Zambézia e plano de implementação (2020-2024). Amsterdam, ZAMIRRI & HVA.

<sup>21</sup>. Mosca, J. (2010). *Op. cit.* Mosca, J. (2005). *Op. cit.*

<sup>22</sup>. Ganho, A. e Woodhouse, P. (2015). "Oportunidades e condicionalismos da agricultura no regadio de Chokwé" in CASTEL-BRANCO, C., MASSINGUE, N. e MUIANGA, C. (orgs). Questões sobre o desenvolvimento produtivo em Moçambique. Maputo, IESE. pp. 177-207.

<sup>23</sup>. Ganho, A. e Woodhouse, P. (2015). *Op. cit.*

<sup>24</sup>. Timberlake, J., Jordão, C. & Serno, G. (1986). Levantamento de Pastagens e Solos de Chokwé. Maputo, IIAM.

<sup>25</sup>. Mosca, J. (2005). *Op. cit.* Ganho, A. e Woodhouse, P. (2015). *Op. cit.*

<sup>26</sup>. Veldwisch, G. J. (2015). Contract farming and the reorganisation of agricultural production within the Chokwé Irrigation System, Mozambique. *Journal of Peasant Studies*, 42 (5):1-26.

<sup>27</sup>. Decreto nº 5/2010. Cria o Regadio do Baixo Limpopo, E.P. e aprova os respectivos Estatutos.

os investidores externos, criando condições para a emergência de um empresariado assente num mercado sustentável.

As duas empresas (RBL e HICEP), estão dotadas de autonomia administrativa e financeira para negociar financiamentos e parcerias<sup>28</sup>. Este modelo de gestão permitiu a instalação da empresa Wanbao, que visa fomentar a produção de arroz em sistema de regadio, e detém direitos de uso sobre milhares de hectares sob gestão da RBL E.P. As suas actividades incluem transferência de tecnologia, apoio financeiro e em insumos agrícolas, ceifa mecânica do arroz, transporte e descasque. O produtor recebe o dinheiro de venda do arroz, após dedução, pela Wanbao, das despesas de produção.

No delta do Zambeze, o programa de irrigação incluiu intervenções como as do Projecto de Desenvolvimento de Irrigação Sustentável (ProIRRI, 2011-2018), financiado pelo Banco Mundial, o Governo moçambicano e o Japão. Tinha como objectivo aumentar a produção agrícola e melhorar a produtividade dos agricultores nos sistemas de regadio em Sofala, Manica e Zambézia<sup>29</sup>. Acrescenta-se o Projecto de Aumento da Produtividade do Arroz (ProAPA) para a Província da Zambézia, executado com o apoio técnico e financeiro do Japão. Tal como nos outros programas, o ProAPA, numa das suas componentes, pretendia introduzir junto dos pequenos produtores variedades mais produtivas e adaptáveis às condições locais, podendo aumentar os rendimentos dos produtores.

Para elevar a produção e produtividade do arroz, foi criada a Empresa Orizícola da Zambézia (EOZ)<sup>30</sup> que, por sua vez, levou à construção da fábrica de descasque de arroz em Nicoadala, para aquisição, descasque e posterior comercialização, priorizando os pequenos produtores<sup>31</sup>. Pouco tempo depois, a sua gestão passou para a Gapi que, como único accionista, introduz a empresa IMPERE. Anos depois, e com investimento chinês, foi construída a fábrica de descasque de Namacurra (FAPROARNA), localizada a cerca de 35 Km da fábrica de Nicoadala, visando criar condições para a exploração orizícola na Zambézia, nomeadamente na absorção, processamento e distribuição nacional do arroz.

---

<sup>28</sup>. Ver Decretos nº 76/2014 e 77/2014 que alteram alguns artigos dos estatutos da RBL, E.P. e HICEP respectivamente.

<sup>29</sup>. World Bank (2019). Implementation Completion and Result Report. Water Global Practice Africa Region. Report nº: ICR00004602. World Bank (2011). ProIRRI – sustainable Irrigation Development Project. Project Appraisal Document. Report nº: 59590-MZ.

<sup>30</sup>. ZAMIRRI e HVA (2020), op. cit.

<sup>31</sup>. ZAMIRRI (2021). Study report on the analysis of the problems in the local rice value chain and measures recommended for the marketing of rice after the COVID 19 outbreak for the Rural Development Institute (RDI). Quelimane, ZAMIRRI.

## ALGUNS RESULTADOS

O objectivo do *Fundo de Crédito Rural Indígena*, de pretender cobrir a procura de crédito dos «bons nativos», não foi materializado. A incorporação da agricultura familiar como forma principal de acumulação do capital, foi outro dilema do camponês: enquanto, por um lado, ele produzia para o consumo local e exportação, por outro, perdia as terras férteis e com facilidades de irrigação, usando-se estes factores de produção, em benefício das plantações orientadas para o mercado e exportação<sup>32</sup>.

Mais a Sul, o sistema do Limpopo apresentava problemas, nomeadamente: *i)* o sistema de armazenamento de água (barragem de Macarretane) tornou-se ineficiente e insuficiente, provocando, na maioria dos anos, escassez e instabilidade na rega dos campos; *ii)* problemas nos solos, evidenciados pela salinização, textura, dificuldades de drenagem e má preparação das terras; *iii)* tipo e qualidade das tecnologias usadas<sup>33</sup>; e, *iv)* baixos rendimentos com desperdício de volumosos recursos investidos, concretamente no fornecimento de insumos, como sementes, pesticidas e adubos<sup>34</sup>.

A maioria dos agricultores preparava a terra com tracção animal e parte significativa do trabalho era manual<sup>35</sup>, resultando em que, economicamente, o nível de vida dos colonos não sofreu melhorias significativas<sup>36</sup>. Até meados dos anos 60, foram introduzidas variedades de arroz pouco exigentes em fertilizantes e pouco produtivas. Ocorreram problemas como: *i)* falta ou chegada tardia de água; *ii)* problemas de solos (salinização e dificuldades de drenagem); e, *iii)* tecnologias mal utilizadas<sup>37</sup>.

A colectivização da produção e socialização do campo, levaram à exclusão de parte significativa da população tendo, por exemplo, o sector privado e os camponeses deixado de ter terra dentro do perímetro irrigado de Chokwé e assalariaram-se nas empresas estatais, ou integraram-se nas cooperativas, ou optaram por outras actividades<sup>38</sup>. A política agrícola passou da intervenção colonial e da restrição do regadio para os camponeses ao controlo estatal e promoção da colectivização<sup>39</sup>, prosseguindo-se, à semelhança do colonialismo, com políticas agrárias hostis ao campesinato<sup>40</sup>.

---

<sup>32</sup>. Negrão, J. (2006). *Ibden*

<sup>33</sup>. Mosca, J. (1988). Contribuição para o estudo do sector agrário do Chokwé. Partes I, II, III e IV. Maputo, Ministério da Agricultura. Mimeografado.

<sup>34</sup>. Hermele, K. (1986). *Op. cit.*

<sup>35</sup>. Mosca, J. (2005). *Op. cit.*

<sup>36</sup>. Hermele, K. (1986). *Op. cit.*

<sup>37</sup>. Mosca, J. (2005). *Op. cit.*

<sup>38</sup>. Hermele, K. (1986). *Op. cit.* Mosca, J. (2005). *Op. cit.*

<sup>39</sup>. Hermele, K. (1986). *Op. cit.* Mosca, J. (2010). *Op. cit.* Mosca, J. (2005). *Op. cit.*

<sup>40</sup>. Bowen, M. (2000). *The State Against the Peasantry: Rural Struggles in Colonial and Postcolonial Mozambique*. Charlottesville: University Press of Virginia, 2000.



Com a reorganização da estrutura agrária das grandes companhias estatais para médias empresas, regiões como o Chokwé conheceram um incremento no rendimento de arroz<sup>41</sup>, aumentando a produtividade que, na campanha agrícola 1983/1984, passou de 2,1 ton/ha para 3,1 ton/ha, tendo atingido 4,3 toneladas na época 1986/1987. Este aumento deveu-se à maior autonomia de gestão nas novas empresas. Os preços foram liberalizados, garantiram-se factores de produção em tempo oportuno e foi criada uma instituição local, com poderes de decisão e regras administrativas de tipo empresarial<sup>42</sup>, levando à descentralização e oportunidades de resolução das dificuldades operacionais.

O sistema de contracto com os pequenos e médios produtores adoptado pela MIA, levou à reorganização das condições de produção local<sup>43</sup>. No entanto, pouco tempo depois, a MIA ficou inoperacional, não conseguia obter matéria-prima suficiente que permitisse a operação eficiente da fábrica<sup>44</sup> tendo paralisado pouco depois. A HICEP, E.P. é incapaz de realizar a manutenção do regadio e parte significativa das outras suas funções. A falta de investimento e outros factores levaram a maior degradação e a baixos níveis de produtividade do regadio.

O legado histórico sobre as infra-estruturas hidráulicas, conforme os vários regimes de terra, traduz-se em estruturas de administração diferentes. Dentro do perímetro irrigado, as empresas HICEP e RBL têm uma administração da terra e da água, que prevê a participação das associações de regantes. Mas, fora do perímetro, as autoridades distritais administram a terra e a ARA-Sul administra os recursos hídricos e suas infra-estruturas, como as barragens<sup>45</sup>.

No fim da colheita, ao agricultor são deduzidos pelas empresas gestoras do perímetro e à ARA-SUL, entre outros custos, os referentes. Por outro, o agricultor não obtém a titulação da terra enquanto não atingir os objectivos produtivos acordados. Este tipo de gestão cria desequilíbrios em detrimento dos pequenos agricultores, na medida em que os grandes produtores e as empresas com investimento significativo são tidos como os de maior prioridade nas políticas públicas.

O estado de abandono de grande parte das infra-estruturas hidráulicas não permite ter conhecimentos rigorosos das necessidades e disponibilidade de água para a maior parte do Limpopo, entre Massingir e Xai-Xai<sup>46</sup>. Aos problemas de irrigação e o manejo da água associa-se a salinização dos solos, cujo agravamento deve-se à causas naturais como a formação aluvial dos solos, o aumento dos volumes de águas salinas subterrâneas, e, causas de acção humana, como inadequadas práticas de irrigação e de manejo dos

---

<sup>41</sup>. Hermele, K. (1986). *Op. cit.*

<sup>42</sup>. Mosca, J. (2005). *Op. cit.*

<sup>43</sup>. Veldwisch, G. J. (2015). Contract farming and the reorganisation of agricultural production within the Chókwe Irrigation System, Mozambique. *Journal of Peasant Studies*, 42 (5):1-26.

<sup>44</sup>. IDE-Moçambique (2014). "Elaboração do diagnóstico e plano operativo de produção de arroz na província da Zambézia (2014 – 2019)". MPD-ADZ.

<sup>45</sup>. Ganho, A. e Woodhouse, P. (2015). *Op. cit.*

<sup>46</sup>. Ganho, A. e Woodhouse, P. (2015). *Op. cit.*



solos<sup>47</sup>. O aumento da salinização pode fazer perder grandes extensões de terras irrigadas para a produção de arroz<sup>48</sup> e reduzir a produtividade por hectare.

Na altura do desenho do ProIRRI e ProAPA, a Zambézia era considerada a maior produtora de arroz no país. Na campanha agrícola 2018/2019, a produção nesta província foi estimada em 161.266 tons, cerca de 47,32% da produção nacional, estimada em 340.800 tons. Nessa época, dos 3.750 hectares com infra-estruturas de irrigação existentes na província, apenas foram aproveitados 1.220 hectares (32,5%). Dos onze regadios instalados, três estavam em pleno funcionamento e os restantes nove com aproveitamento parcial<sup>49</sup>.

As possíveis razões para este subaproveitamento das infra-estruturas podem ser encontradas na falta de investimentos para a reabilitação dos regadios e trabalhos de manutenção periódica, infra-estruturas com elementos técnico-operacionais de pouco domínio dos pequenos produtores, associados à má gestão de fundos que se traduz numa reabilitação parcial e com significativo impacto negativo na satisfação das necessidades de utilização por parte dos produtores<sup>50</sup>.

Os programas de fertilizantes e sementes seguiram a mesma linha. Pelo desinteresse dos provedores de serviços na produção de arroz, alguma pouca semente melhorada foi disponibilizada, através de variedades originárias e/ou apoiadas pelos países que prestaram a assistência técnica, como os casos do Japão<sup>51</sup> e Vietname<sup>52</sup>, incluindo agro-químicos. Onde funcionou a lógica de mercado, os preços foram um problema. Tudo isso criou dificuldades no acesso físico pelos produtores e sua aceitabilidade local, situação agravada pela fraca presença dos fornecedores e pouco desempenho dos serviços de extensão na transferência de tecnologias.

Relativamente ao descasque do arroz, quanto à EOZ e à fábrica de descasque de Nicoadala, de imediato, surgiram constrangimentos de ordem organizacional e patrimonial. Instalou-se um conflito entre a Gapi e os pequenos produtores de arroz sobre a propriedade e gestão da fábrica<sup>53</sup>, associado à fraca capacidade financeira da IMPERE<sup>54</sup>. Desde a sua inauguração até à sua paralisação, em 2015, a FAPROARNA não funcionou regularmente devido a má gestão insuficiência de matéria-prima para o processamento. No Chokwé, a MIA não teve um substituto capaz de absorver a produção.

---

<sup>47</sup>. Brito, R. *et al* (2002). Salinização dos solos do Regadio do Chókwè. Resultados Preliminares do Levantamento do Campo pós 2000. Projecto Limpopo. Universidade Eduardo Mondlane. FAEF.

<sup>48</sup>. IDE-Moçambique (2014), *Op. cit.*

<sup>49</sup>. MASA (2019), *op. cit.*

<sup>50</sup>. ZAMIRRI e HVA (2020), *op. cit.*

<sup>51</sup>. Manual Técnico da JICA para Rizicultura em África – Revisão da implementação da CARD 2008–2018.

<sup>52</sup>. ZAMIRRI e HVA (2020), *op. cit.*

<sup>53</sup>. Canal de Moçambique, 10.06.2019. Cooperativas de Arroz na Zambézia em conflito com a Gapi.

<sup>54</sup>. MASA (2019), *op. cit.*

Como solução imediata para o descasque, nas zonas de referência produtiva, grandes volumes do cereal são processados em unidades fabris de pequena escala, com equipamentos de baixa qualidade, em que os pequenos produtores socorrem-se das pequenas máquinas beneficiadoras, nas comunidades locais. A qualidade do arroz descascado nestas unidades, associado aos preços administrativos e não-concorrentes com o arroz importado, não permitem ao camponês ter resultados produtivos e financeiros significativos.

## NOTAS FINAIS

A cultura orizícola passou por transformações produtivas em função dos interesses do Estado, quer seja o colonial, quer depois da independência. A forma de produção camponesa que visa, principalmente, satisfazer as necessidades alimentares e, havendo excedentes, comercializá-los, foi submetida aos ditames do mercado, onde a estrutura dos mercados foi sempre desfavorável para os camponeses, com as intervenções desajustadas no estabelecimento administrativo de preços abaixo dos custos de produção.

Para incrementar a produção do arroz, sucederam-se diversas iniciativas, semelhantes entre si, criadas várias instituições com as mesmas funções, e realizadas intervenções com ajuda externa de curta duração, desajustadas às realidades, ao conhecimento e experiência dos camponeses. Foram realizados investimento em fábricas, umas próximas das outras, com financiamento externo ou ao abrigo de cooperação, havendo capacidades instaladas subaproveitadas na mesma região e, muitas vezes, com o término da ajuda, os propósitos dos programas foram descontinuados.

O apoio técnico-financeiro externo fez com que as políticas e/ou programas fossem materializados em função do país de origem da agência de cooperação envolvida no empreendimento. Contudo, as funções atribuídas a algumas empresas foram as mesmas desde o período colonial, com semelhantes incapacidades e descoordenação das instituições públicas na gestão dos sistemas de irrigação, da gestão da água e da terra que, com sistemática secundarização ou exclusão dos camponeses no acesso a esses factores, aos insumos e crédito.